



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional**

Nº 27/2026 – 24 de setembro de 2026

@massas.por - www.pormassas.org



5ª Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

O País está a dez dias da votação do primeiro turno das eleições presidenciais. O Partido Operário Revolucionário (POR) se posicionou por meio de Cartas à classe operária, boletins e cartazes. Esta é a quinta Carta. Em todas elas, o POR se colocou prontamente contra toda e qualquer intervenção de Trump nas eleições. Condenou o servilismo de Flávio Bolsonaro e seus partidários. E mostrou a incapacidade de Lula de defender a real soberania nacional.

Os trabalhadores e a juventude que puderam ler e conhecer os motivos pelos quais o POR denuncia o caráter burguês das eleições e chama os oprimidos a votarem nulo verão a seriedade classista e o acerto dessa posição proletária.

As candidaturas de Lula e de Flávio Bolsonaro arrastam a maioria dos assalariados, dos desempregados, dos aposentados, dos que padecem da informalidade, dos que enfrentam a dor da miséria e dos que arcam com a brutal crise econômica e social do capitalismo. Em especial, arrastam a juventude oprimida a acreditar que suas agonias diárias serão resolvidas e que um futuro melhor a aguarda.

Essa falsificação se repete a cada eleição. Não teria agora como ser diferente. Tal repetição põe às claras que as eleições servem tão somente para dar continuidade ao governo burguês de plantão, ou trocá-lo por um outro. É o que ocorrerá se Lula for reeleito, ou se Flávio conquistar a maioria dos votos dos pobres e miseráveis.

Lula teve a possibilidade de governar o Brasil por 12 anos, ou seja, três mandatos presidenciais. A classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida continuaram a sofrer com as demissões, o desemprego, o subemprego, o avanço da marginalidade e todo tipo de enfermidade social. Flávio somente se transformou em candidato graças a seu pai que desde a prisão domiciliar o indicou como seu sucessor. O governo Bolsonaro se apoiou na contrarreforma trabalhista do golpista Temer e avançou impondo a contrarreforma da Previdência. Flávio é tão responsável quanto seu pai pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

O continuísmo (lulismo) ou a troca de governo

(bolsonarismo) ocorre quando 39,2 milhões, o equivalente a 38,1% da força de trabalho, permanecem sem emprego e sobrevivem sobre a base da informalidade. Ocorre quando 42 milhões de trabalhadores recebem um salário mínimo de fome, R\$ 1.621,00. Ocorre quando 29,1 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários da Previdência (assistência social e seguro-desemprego) sobrevivem com 1 salário mínimo. Esse universo de paupérrimos representa 60,9 milhões de brasileiros. Milhões de famílias passam todo tipo de necessidades e enfrentam diariamente a dureza da falta de comida.

Lula acaba de reajustar o Bolsa-Família, que não passa de esmola doada pelo Estado burguês. Os bolsonaristas reclamaram do seu uso eleitoral. O fato é que todos os governantes fazem uso do assistencialismo para disfarçar a fome disseminada e conter a revolta popular. As migalhas doadas pelos governantes, independentes de suas orientações políticas, de esquerda ou de direita, expõem a incapacidade e a impossibilidade do capitalismo erradicar a pobreza, miséria e fome, que marcam a vida nacional do Brasil. Isso significa que o continuísmo de Lula ou a volta do bolsonarismo, concretamente, não alterará essa realidade, servindo assim à reprodução da brutal exploração do trabalho e da gigantesca concentração de capital e riqueza em poder da minoria burguesa.

Acima da pobreza, da miséria e da fome paira uma minoria exploradora, proprietária dos meios de produção e concentradora da riqueza do País. Essa ultraminoria, de fato, dirige o Estado, controla diretamente os grandes partidos, promove a corrupção política e impõe, assim, a sua ditadura de classe à maioria explorada. Eis por que em todas as eleições e em todos os governos explodem escândalos financeiros, nos quais estão enfronhados altas personalidades da República. É o que ocorre no momento com o caso do Banco Master, que em sua quebra expôs juízes, parlamentares e altos funcionários do Estado.

Flávio Bolsonaro é um dos politiqueiros vinculados diretamente ao banqueiro Daniel Vercaro. Lula, por sua vez, não tem como se desvincular da participação de seu filho (Lulinha) no caso do rombo do

INSS. São marcas profundas típicas da política burguesa, que envolve todos os partidos que têm algum poder nas instituições estatais.

O PT, criado no fim da ditadura militar, para chegar ao poder, teve de se submeter aos ditames da política burguesa, se entrelaçar a setores oligárquicos, potenciar o carreirismo partidário e trilhar o caminho da corrupção. Nisso o PT e o governo Lula não se diferenciam dos demais partidos e governos da ordem capitalista.

Há uma outra semelhança muito importante, que diz respeito à relação da governabilidade com os interesses supremos da classe capitalista. Todos estiveram e estão presos à sustentação e ao saque das riquezas nacionais realizados pelo capital financeiro. De tudo que o Brasil produz em um ano, como se constatou em julho de 2026, 82,5% do Produto Interno Bruto (PIB) correspondem à dívida pública, ou seja, R\$ 10,947 trilhões. Somente de juros e encargos, o Tesouro Nacional despende anualmente R\$ 643,9 bilhões. O que equivale a 10,2% do PIB. A Assistência Social consome apenas R\$ 294,1 bilhões, 4,6% do PIB. Está bem visível que todos os governos são serviçais do grande capital. Despendem um mínimo para uma vasta camada da população, que sobrevive com um a menos de um salário mínimo, e que não consegue romper a camisa de força do desemprego e da informalidade.

Diante desse mar de miséria, o Estado entrega R\$ 4,9 bilhões aos partidos como Fundo Eleitoral. E os capitalistas contribuem com doações que somam R\$ 299,6 milhões. Esses valores estão sendo gastos em poucos meses de disputa eleitoral. Quem está pagando, de fato, são os trabalhadores que produzem a riqueza apropriada pela burguesia, restando-lhes a pobreza e a miséria.

A quase totalidade da população oprimida não alcança a compreender que está chamada a eleger os inimigos de classe, como se fossem seus protetores e salvadores. Isso por que a classe operária ainda não construiu o partido da revolução social. Os seus sindicatos são dirigidos por direções submetidas ao capitalismo e, portanto, à dominação da burguesia. Poderosos aparatos, como os das igrejas, funcionam como braços dos partidos que controlam a política de dominação. A imprensa, em seu conjunto, manipula as informações e pressiona as massas em nome da democracia a comparecerem às urnas. Atua contra a revolta da parcela dos oprimidos que resiste em ser arrastada pelo pescoço a depositar o voto nos seus algozes.

O POR lutando na contracorrente do turbilhão eleitoral defende clara e resolutamente o voto nulo. Não o voto nulo como um fim em si mesmo. Mas sim um voto nulo em defesa do programa de reivindicação, dos métodos de luta de classe e da independência política dos explorados. Coloca nesse terreno a necessidade de a vanguarda com consciência de classe fortalecer a construção do partido revolucionário.

Operários, demais trabalhadores e juventude

oprimida votem nulo conscientemente. Votem nulo em defesa:

1. Salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora;
2. Redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, de forma que todos tenham emprego com carteira assinada, portanto, impor à burguesia a escala móvel das horas de trabalho;
3. Fim imediato das contrarreformas trabalhista e previdenciária;
4. Eliminação da terceirização e da informalidade, efetivando e empregando todos os trabalhadores;
5. Fim das privatizações e reestatização sob o controle operário da produção;
6. Estatização do sistema de saúde e educação, sob o controle dos trabalhadores;
7. Acesso de todos os jovens à educação em todos os níveis, combinado com o trabalho;
8. Plano de moradias populares, controlado por comitês operários e de bairros;
9. Não pagamento da dívida pública e estatização do sistema financeiro;
10. Entrega das terras aos camponeses pobres, expropriação dos latifúndios, sem indenização;
11. Organizar a frente única anti-imperialista contra o intervencionismo das potências e as guerras de dominação;
12. Condenar e rechaçar o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina e, em particular, nas eleições do Brasil.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, esse programa de reivindicações está em completa contraposição à eleição de mais um governo burguês. Sua defesa leva à unidade da maioria explorada, sob a direção da classe operária. Unidade e independência política necessárias para impor conquistas e acabar com retrocessos das contrarreformas. Esse é o caminho da verdadeira independência de classe, que permite amadurecer as condições para a revolução social. A estratégia da luta contra o capitalismo consiste na derrubada do poder da burguesia e constituição de um governo operário e camponês, que acabe com a ditadura de classe dos exploradores e imponha a eles a ditadura de classe do proletariado.

Essa é uma luta histórica que objetivamente está colocada no capitalismo em decomposição em nível não só nacional, mas também mundial. Para transformá-la em força revolucionária é preciso superar a crise de direção, construindo o partido da revolução social e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse é o significado mais profundo da presente luta contra a dominação burguesa que se faz pela via da democracia oligárquica. Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, votem nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário.